

Clipping
17/03/2010

INFORMATIVO SEMERJ

SEMERJ
www.semerj.org.br
semerj@semerj.org.br

Caso sua instituição ainda não seja associada ao SEMERJ, visite nosso site e descubra as vantagens em associar-se ao Sindicato das Entidades Mantenedoras do Estado do Rio de Janeiro.

Covac Sociedade de Advogados
www.advcovac.com.br
advcovac@advcovac.com.br

Covac Educação & Soluções
www.covac.com.br
covac@covac.com.br



Clipping de Notícias Educacionais

MEC vai proibir pós sem graduação **Curso de especialização só poderá ser feito por aluno com a colação de grau comprovada** Fonte: Jornal da Tarde

A Secretaria de Educação Superior (Sesu) quer proibir que estudantes com diplomação superior, originários dos cursos sequenciais (que não forma para uma profissão, mas para uma função), frequentem a pós-graduação lato sensu (especialização). A Sesu informou que está elaborando o documento que será avaliado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em abril. Para o órgão, é inaceitável que universidades ofereçam a pós a universitários ainda não graduados. “Somente egressos dos cursos de graduação e com a colação de grau comprovada podem cursar a pós-graduação lato sensu”, disse Paulo Wollinger, diretor de Regulação e Supervisão da Sesu. A decisão foi tomada depois que o Jornal da Tarde publicou, no domingo, reportagem mostrando que universidades particulares da capital fornecem certificações intermediárias, durante os cursos regulares, que não possuem valor no mercado de trabalho. Com a diplomação superior - um dos certificados emitidos -, as instituições oferecem ao aluno a chance de cursar a pós-graduação antes de concluir a graduação regular de 4 ou 5 anos em média.

Embora não houvesse permissão, também não havia regras que impedissem essa prática. A resolução n.º 1, de 8 de junho de 2007, do CNE, estabelece que “os cursos de pós-graduação lato sensu são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação ou demais cursos superiores”. Para Wollinger, o texto abriu uma brecha que serviu para “algumas universidades oportunizarem um retorno financeiro mais rápido”. O Ministério da Educação (MEC) considera como cursos superiores de graduação o bacharelado, a licenciatura e o tecnólogo. “O curso sequencial comprova capacidade de ocupação (de uma função) e não de profissionalização”, prossegue Wollinger. “(O certificado) Mostra que a pessoa está um pouco mais qualificada e não graduada para exercer a profissão”, diz o diretor.

Os cursos sequenciais são de formação específica, cujo aprendizado está restrito a uma especialidade do saber e não ao conjunto de conhecimento e de habilidades necessários para exercer uma atividade profissional. O MEC, porém, não é contrário à emissão de certificados durante os cursos regulares, ao contrário dos conselhos regionais de classe, como dos advogados, enfermeiros e fisioterapeutas, ouvidos pelo JT na reportagem publicada anteontem. “O MEC não tem nada contra”, afirma o diretor de Regulação e Supervisão da Sesu. Segundo ele, as instituições de ensino superior podem fornecer um documento comprovando que o aluno recebeu um conjunto de informações que o habilite a exercer determinada função no mercado de trabalho ou mesmo eliminar créditos em caso de mudança de curso.

Após reprovação em 2009, MEC volta atrás ao adequar

Universidades

O Ministério da Educação modificou as notas de quase metade das universidades brasileiras que foram avaliadas em 2009. A mudança ocorreu após o MEC detectar erros e mudar os critérios de avaliação das instituições de ensino superior. Com a alteração, 51,5% das universidades mantiveram as notas, 40% obtiveram um melhor desempenho e 8,5 % dos centros universitários tiveram notas menores.

Com o novo ranking, avaliado pelo MEC, 15 escolas até então reprovadas (níveis 1 e 2) conseguiram chegar ao patamar adequado (3,4 e 5). Com a nova avaliação, pelo menos 3% das universidades que se encontravam em situação complicada não precisarão se preocupar com a eminência de fecharem as portas.

As mudanças foram realizadas no indicador IGC (Índice Geral de Custos), que tem como objetivo sintetizar o conhecimento dos alunos com o Enade (Exame Nacional de desempenho de Estudantes), a infraestrutura da instituição e a titulação dos professores. As notas das universidades foram alteradas, portanto, por causa de erros nos dados usados como fonte do indicador. E também pelo fato das instituições apresentarem dados divergentes em relação ao número de docentes com doutorado, mestrado ou com tempo integral. Outro fato relevante foi o Inep (Instituto de Pesquisas do Ministério da Educação) ter mudado alguns critérios que formavam o indicador.

Diminui a distância de investimentos entre a educação superior e a educação básica

Fonte: UOL

Dados divulgados pelo MEC (Ministério da Educação) ao UOL mostram que diminuiu a desigualdade de investimentos entre a educação superior e a educação básica brasileiras. Em 2000, essa diferença era de 11 vezes, em 2008 caiu para 5,6 vezes, o que, segundo o MEC, está próximo do patamar da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne os países ricos. De acordo com o professor da Faculdade de Educação da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Juca Gil, o dado, no entanto, esconde uma realidade nada positiva para o país.

"É bom que a distância diminua, porque significa que aumentou o total de recursos para a educação básica. Mas ainda faltam recursos. Nosso investimento total ainda é muito baixo", diz. Os dados do ministério mostram que o percentual do PIB (Produto Interno Bruto) aplicado na educação passou de 3,9% em 2000, para 4,7% em 2008. O que, para Gil, é uma melhora que vai em "segunda marcha" - ou seja, o Brasil não está acelerando, de fato, para chegar a uma educação de qualidade. "Há entidades que defendem investimentos em educação de, pelo menos 7%. Outras querem até 10% do PIB", aponta.

Aumento do investimento por aluno - O MEC afirma que realizou aumento do investimento por aluno em todas as etapas do ensino. O investimento por aluno, que era de R\$ 1,6 mil em 2000, saltou para R\$ 3 mil. Mas, pondera Gil, o investimento continua baixo para a educação infantil, que consome apenas 0,4% do PIB e que praticamente oscilou 0,1 ponto percentual de 2000 até 2008. "Impressiona o baixo investimento nessa faixa do ensino", aponta. Segundo o MEC, o orçamento da pasta triplicou nos últimos oito anos, passando de R\$

17,4 bilhões em 2003 para R\$ 51 bilhões em 2010. Se forem incluídos nesta conta os recursos da transferência do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), do salário educação e da quarta parte do repasse estadual, o valor passa de R\$ 19,1 bilhões em 2003 para R\$ 59,1 bilhões em 2010.

CNTE—Consequências da Paralisação Nacional

O Dia de Paralisação Nacional pela implantação do PSPN (16) foi marcado pela audiência da CNTE com o Ministro da Educação Fernando Haddad, visando o cumprimento da Lei 11.738 por todos os gestores públicos do país. A necessidade de um amplo entendimento institucional que garanta homogeneidade de interpretação sobre o valor e a fórmula de correção do PSPN foram os pontos de destaque da conversa.

Neste sentido, definiu-se a constituição de um grupo de trabalho encarregado em reformular o PLC 321/2009, o qual visa aperfeiçoar a forma de reajuste do Piso. Sobre este ponto, o próprio ministro concordou que não tem como manter o reajuste do PSPN exclusivamente pelo INPC, uma vez que impediria seu aumento real.

Outra frente de atuação do mencionado GT consistirá em estabelecer o valor nominal do Piso para 2010, na própria Lei, a fim de transpor as várias interpretações suscitadas a partir da decisão do STF e do Parecer da Advocacia Geral da União. A inconsistência legal sobre este assunto contribui para a desqualificação da posição dos trabalhadores – que consideram o valor atual em R\$ 1.312,85 – e serve de alegação para os gestores não cumprirem a Lei. A estratégia de forçar um pronunciamento do Congresso sobre o valor do PSPN também é importante para deslocar o debate da esfera judicial, demasiadamente demorada e imprevisível como no caso da ADI 4.167.

"Para não ficar na dependência do julgamento do STF que ainda não tem data para acontecer, vamos voltar ao Congresso Nacional para que o Parlamento resolva as divergências do valor do Piso - que a CNTE entende ser de R\$ 1.312,00 - e assegure mecanismos de reajuste em que os professores tenham ganho real acima da inflação", afirma o presidente da CNTE, Roberto Leão.

Embora a CNTE não disponha de informações consolidadas das redes municipais, são nesses locais que as maiores dificuldades em relação ao Piso se dão. No entanto, foi possível realizar um estudo que mostra o panorama de instituição do Piso nas redes estaduais de educação básica ([para ter acesso ao estudo na íntegra clique aqui](#)).

CNTE busca interlocução no Congresso

Logo após a audiência com o ministro da Educação, a CNTE reuniu-se com o senador Cristovam Buarque, relator do PLC 321, que, de pronto, aceitou a proposta de trabalhar conjuntamente os temas acordados com o MEC. O próximo passo, agora, é construir consensos sobre o valor e a forma de reajuste para vigência ainda no primeiro semestre de 2010. A CNTE obteve garantia tanto do MEC quanto do relator do PLC 321 de que os esforços políticos seguirão à risca esse primeiro acordo, razão pela qual daremos sequência às negociações, e tão logo tenhamos novidades, convocaremos a categoria para engrossar a luta.

Trabalhadores em educação reivindicam proteção à saúde

O outro assunto da pauta do dia foi a necessidade de a campanha de vacinação contra o vírus H1N1 priorizar os trabalhadores em educação, em função da elevada exposição de suas atividades profissionais. O ministro Haddad mostrou-se sensível à reivindicação e se comprometeu em apresentá-la ao Ministério da Saúde.

Paralisação

Segundo presidente da CNTE, a paralisação nacional pelo piso foi positiva. Na Bahia e no Rio Grande do Norte, por exemplo, o índice atingiu 100% nas redes estaduais e municipais. “Isso mostra que os trabalhadores em educação estão dispostos a lutar para fazer valer o seu direito”.

Também participaram do Dia Nacional de Luta pelo Piso os seguintes estados: Alagoas, Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe e Distrito Federal. O Acre parou as atividades no dia 11 de março e o Pará vai paralisar no próximo dia 31.

Comissão do Senado aprova redução retroativa de juros do Fies

Fonte: Agência Brasil

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado aprovou nesta terça-feira três emendas ao projeto de lei que altera algumas regras do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil). Uma delas determina que os juros de contratos antigos poderão ser reduzidos com efeito retroativo quando houver uma alteração nas taxas adotadas pelo governo. Essa e outras emendas ainda precisam ser analisadas pelo plenário da Casa, conforme informou a Agência Senado.

Só em 2010 os juros do financiamento já foram reduzidos duas vezes: de 6,5% para 3,5% e em seguida para 3,4% ao ano. Essas taxas são estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional. O programa permite que os universitários financiem os estudos em curso superior de instituições particulares com condições especiais para quitação da dívida.

Uma emenda apresentada pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que recebeu parecer favorável do relator Sérgio Zambiasi (PTB-RS), estabelece que a Caixa Econômica Federal deve promover uma fase de pré-aprovação de crédito dos estudantes interessados.

Outra emenda aprovada, essa de autoria do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), determina que os estudantes que anteciparem a liquidação do contrato devem receber descontos progressivos. O senador também apresentou a proposta, acatada pelo relator, para que seja suspensa a incidência de juros sobre a dívida enquanto o estudante financiado estiver usando o seguro-desemprego.

Caso sua instituição ainda não seja associada ao SEMERJ, visite nosso site – www.semerj.org.br – e descubra as vantagens em associar-se ao Sindicato das Entidades Mantenedoras do Estado do Rio de Janeiro.

O SEMERJ respeita a sua privacidade. Este email lhe foi encaminhado pois seu endereço consta do nosso banco de dados. Caso deseje não mais receber nossos informativos, envie uma mensagem para informativo@semerj.org.br com o assunto REMOVE.